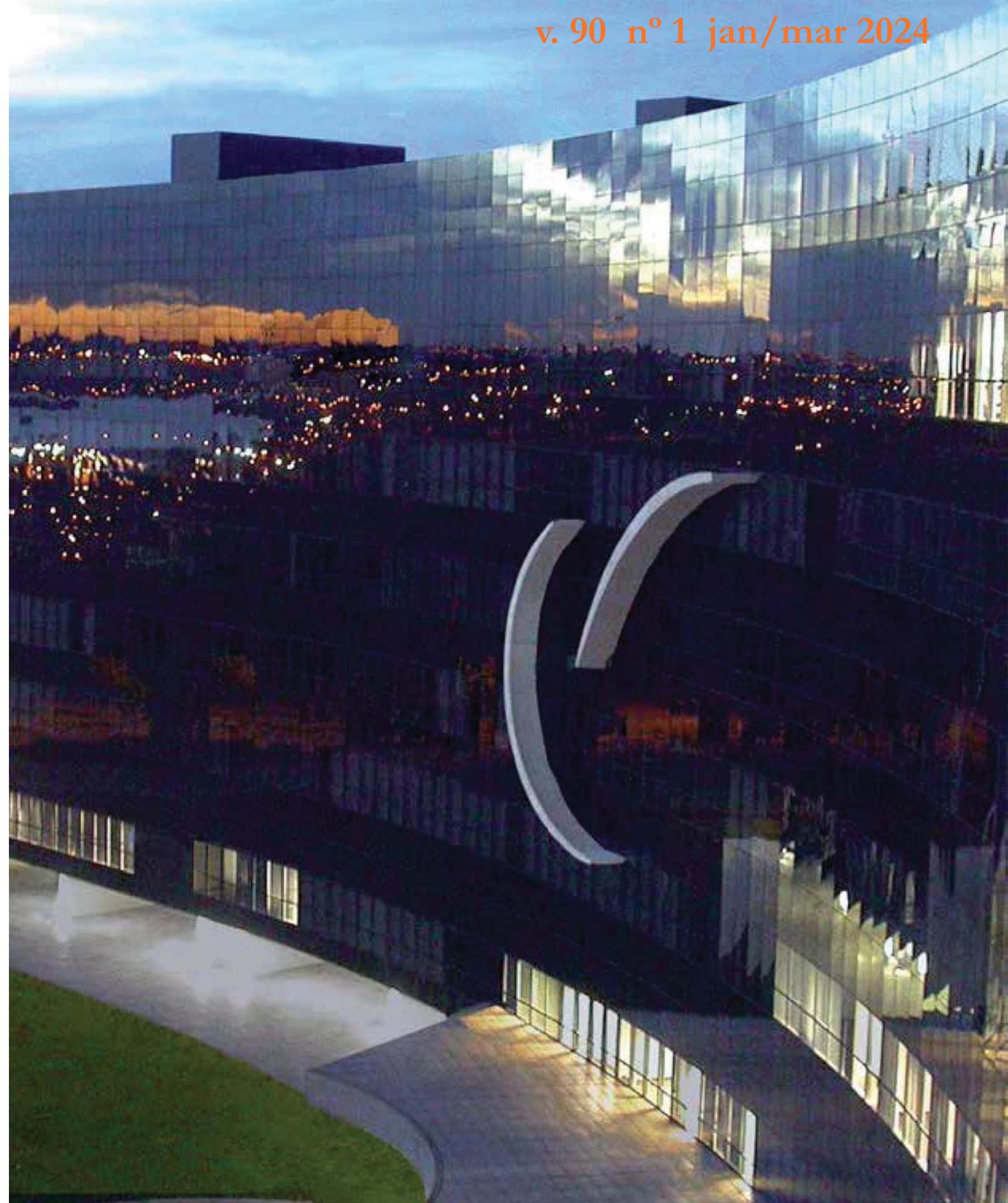


# Revista do Tribunal Superior do Trabalho

v. 90 n° 1 jan/mar 2024



## Apresentação

Apresentamos ao público o volume 90, número 1, relativo ao trimestre de janeiro a março de 2024, da *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. A edição é composta de artigos submetidos por meio de chamada pública ampla\*, com avaliação pelo nosso Corpo de Pareceristas, a quem agradecemos a inestimável contribuição intelectual para a excelência da publicação.

Esta edição abre com artigo do ministro do TST Alexandre Luiz Ramos, em parceria com Diego Galvão, em que se aborda a questão da possibilidade de os operadores portuários e os titulares de instalações portuárias privadas contratarem trabalhadores não registrados no Órgão Gestor de Mão de Obra para vinculação empregatícia a prazo determinado.

Em artigo intitulado “Teoria do desvio produtivo e o Direito do Trabalho”, de autoria do ministro do TST Alberto Bastos Balazeiro, em coautoria com Afonso de Paula Rocha e Yvila Macedo, procura-se demonstrar a importância do tempo, o arcabouço jurídico que sustenta sua proteção e os requisitos da responsabilidade civil que permitem a reparação por sua perda indevida nas relações de consumo e além delas, especialmente na esfera trabalhista.

José Antônio Ribeiro Silva trata em seu artigo da síndrome de *burnout*, doença que acomete a saúde do trabalhador. Procede-se, ao longo do texto, a uma análise das questões pertinentes à caracterização da síndrome como doença do trabalho e, conseqüentemente, dos aspectos relacionados a essa enfermidade, apresentando-se uma visão abrangente e integrada dessas complexas temáticas no contexto laboral contemporâneo.

José Affonso Dallegrave Neto argumenta em seu artigo como o advento da reforma trabalhista suscitou dúvidas hermenêuticas e inúmeras ações diretas perante o STF. No texto, o autor examina os pontos enfrentados, em especial a questão do cabimento do dano em ricochete, a tarifação do dano moral e a aplicação subsidiária de leis esparsas para colmatar o tema.

O texto de Maria Aparecida Alkimim trata da singularidade tecnológica transumanista e seus impactos nas relações de trabalho. Segundo a autora, a singularidade tecnológica, que desponta com o capitalismo ultraliberal, numa sociedade de riscos, inclusive existenciais, está avançando com o surgimento do projeto transumanista, que visa a uma nova condição humana pautada por supercapacidades, tanto físicas quanto cognitivas, e a questão da inclusão e desigualdade neste contexto.

---

\* Os artigos podem ser submetidos, a qualquer época do ano, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://revista.tst.jus.br/rtst/index>. As normas para a elaboração dos textos encontram-se ao final deste volume.

## APRESENTAÇÃO

Graziella Ambrosio trata, em seu texto, da perícia psicológica para o reconhecimento entre o transtorno mental e o trabalho. Segundo a autora, o psicólogo do trabalho é o profissional mais adequado para a realização da perícia psicológica envolvendo a relação entre o transtorno mental e o trabalho.

O artigo de Danielly Sousa e Jailton Araújo desenvolve o argumento segundo o qual a aposentadoria se apresenta como uma forma de concretizar o direito ao descanso decente.

O texto de Gustavo Paschoal busca, segundo o autor, oferecer uma crítica à decisão do STF no ARE nº 1.121.633, que culminou na fixação da TRG nº 1.046, a qual admitiu a redução do intervalo intrajornada por negociação coletiva, a despeito de se tratar de norma de saúde e segurança do trabalho.

Beatriz Montanhana e Rodrigo Brandão caracterizam em seu artigo o adicional de insalubridade como direito indispensável e consideram inválida a sua negociação restritiva.

O artigo de Rocco Antonio Nelson trata do delito de redução à condição análoga à de escravo prescrito no art. 149 do Código Penal. Em seu texto, o autor visita a legislação, a doutrina e a jurisprudência, tendo por desiderato analisar a viabilidade jurídica do reconhecimento da imprescritibilidade do crime de condição análoga à de escravo.

O texto de Raphael Miziara e Mariana Bortolon trata da hipótese de que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) trouxe um dever adicional de explicação aos controladores que se valem de ferramentas de inteligência artificial para produção de despedidas automatizadas no contexto laboral.

Marcirio Gessinger e Halandra Ferreira analisam em seu texto como ocorre a aplicação de direitos humanos às recomendações do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul. Segundo os autores, a aplicação é um fenômeno recente e circunscrito a matérias e a tratados específicos da OIT ou do sistema universal de proteção dos direitos humanos.

Finalizando esta edição, o artigo de Yuri Rossi e Rafael Carvalho Pinto analisa o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, na vigência do contrato de trabalho sob o panorama da reforma trabalhista, sopesando os principais conceitos, o aspecto histórico, a legislação aplicável, o posicionamento doutrinário e os princípios aplicáveis no ramo do Direito do Trabalho.

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura, na sincera expectativa de que os textos ora apresentados possam despertar reflexões críticas e novas proposições jurídicas para a consolidação da justiça social em nosso país, reforçando, ademais, a relevância e a imperatividade de uma Justiça do Trabalho sólida comprometida com a defesa da Constituição de 1988.

**Evandro Valadão Pereira Lopes**

Ministro Presidente da Comissão de Documentação e Memória